



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Sérgio César de França Fuck Júnior

**EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO
SUDESTE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

Fortaleza – Ceará

2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Sérgio César de França Fuck Júnior

**EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO
SUDESTE DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Orientador: José Meneleu Neto

Fortaleza – Ceará

2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Centro de Ciências e Tecnologia

Mestrado Acadêmico em Geografia

Título da Dissertação: Expansão Urbana e Segregação Espacial no Sudeste do Município de Fortaleza

Autor: Sérgio César de França Fuck Júnior

Defesa em: 27/09/2002

Conceito obtido: Satisfatório; nota 10, com louvor

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Meneleu Neto (orientador)

Economista – UECE

Profa. Dra. Maria Salete de Souza

Geógrafa – UFC

Profa. Dra. Zenilde Baima Amora

Geógrafa – UECE

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a ajuda de várias pessoas e instituições, às quais agradeço a seguir.

Ao professor José Meneleu Neto, pela coragem, interesse e paciência demonstrados na orientação da pesquisa, que vieram a reforçar e a qualificar os ensinamentos realizados em Disciplina cursada, e pela amizade.

À professora Zenilde Baima Amora, pela também dedicada orientação de parte do trabalho, e pelos ensinamentos e considerações que muito me fizeram pensar – durante todo o presente Curso e desde a Graduação –, em Disciplinas e outras atividades.

À professora Maria Salete de Souza, por estar sempre disposta a ajudar e a orientar o trabalho, tanto nas Disciplinas cursadas quanto em outras oportunidades, quando procurada. A esses professores agradeço também por terem aceitado avaliar formalmente o presente trabalho desde as suas fases anteriores, demonstrando com isto acreditarem em minha capacidade de realizá-lo.

À minha irmã Mônica Medeiros de França Fuck, pelo apoio “logístico” em Fortaleza, e ao meu pai Sérgio César de França Fuck, pelo apoio financeiro nos “momentos difíceis”, de Curitiba.

Ao amigo Raul Alfredo Schier, cujo apoio emocional e diálogo incondicionais sempre estiveram presentes nesta caminhada, apesar de fisicamente distante. Por ele, represento meus agradecimentos aos demais amigos e parentes de Curitiba (e de Brasília).

À Ana Maria Matos Araújo e Edilson Alves Pereira Júnior, pelos importantes debates de idéias, aportes bibliográficos e apoio “logístico”, bem como pelo incentivo constante e pela amizade.

Aos demais colegas e professores do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE, pela convivência fraterna e ajuda sempre disponível, tanto intelectual quanto material. Em especial, aos colegas de minha turma. Agradeço também aos professores e colegas do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFC, pela importante relação intelectual comigo estabelecida...

Aos entrevistados, que muito contribuíram com seus conhecimentos e experiências pessoais... E aos técnicos da Seinf, Iplance e IBGE.

Também não poderia deixar de agradecer “às próprias instituições” UECE – Universidade Estadual do Ceará, pela oportunidade desta formação, e CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, pela concessão de bolsa de estudo.

Agradeço, por fim, às demais pessoas nesta Capital que colaboraram, direta ou indiretamente, na realização deste trabalho (que representa o auge de um processo iniciado algum tempo antes...), desculpando-me desde já por não citar seus nomes... Represento-as através do nome de Walt Disney Paulino, que muito me ajudou no campo profissional, e em quem encontrei uma das mais calorosas amigadas após voltar a residir em Fortaleza.

"Durante longos séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem; só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel. O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação."

Henri Lefebvre

RESUMO

Através da *(re)produção social do espaço urbano* (mediação pelo *trabalho*), a *sociedade* se apropria da *natureza*, parcelando-a e atribuindo-lhe *valor econômico*. E este é um *processo* fundamental no acesso, uso e ocupação do solo, do qual dependem outros *processos* sociais e as respectivas *formas* e *funções* urbanas. A partir dessa premissa, a *expansão urbana* atual no Município de Fortaleza, especificamente no sudeste desse *território* (o Distrito de Messejana, como entidade histórica), é o objeto-recorte-tema pesquisado. Essa área experimenta atualmente um *processo de expansão* intimamente vinculado ao *mercado imobiliário*, do qual é, dialeticamente, resultante, meio e condicionante, enquanto *espaço geográfico*. O presente trabalho relata e discute o *processo de expansão espacial* de Messejana-Fortaleza – resgatando-se alguns aspectos de sua formação histórica à atualidade –, comandada, em última instância, pelas *classes dominantes*, que representam a demanda solvável do mercado de imóveis e orientam o *ordenamento do espaço*. Também a própria ação do Estado, no tocante à (re)criação de infra-estrutura urbana adequada, habitação e legislação, propicia a *valorização do solo*, acarretando um padrão residencial de *classes médias* e *alta* em boa parte desse *território*, implicando novas *formas* e *funções*; “contraditoriamente”, permite manterem-se ou (re)criarem-se áreas desvalorizadas nesse mesmo *território*, não-privilegiadas pelo *mercado imobiliário*, gerando características específicas e ações distintas de seus habitantes. Discute-se, então, como se dá o acesso à *moradia* no Distrito de Messejana, e os modos de ocupação, uso e controle, cujas condições diferenciadas constituem a *segregação espacial*, configurando-se assim enquanto *(re)produção social do espaço urbano*.

ABSTRACT

Through the *social (re)production of the urban space* (mediation for the *work*), the *society* if appropriates of the *nature*, parceling out it and attributing *economic value* to it. And this is a basic *process* in the access, use and occupation of the ground, on which other social *processes* depend and the respective *forms* and urban *functions*. To leave of this premise, the current *urban expansion* in the City of Fortaleza, specifically in the southeast of this *territory* (the District of Messejana, as historical entity), is the searched object-clipping-subject. This area tries an *expansion process* currently intimately tied with the *real estate market*, of which it is, dialektikaly, resultant, way and condition, while *geographic space*. The present work tells and argues the *process of space expansion* of Messejana-Fortaleza – retrieving some aspects of its historical formation to the present time –, commanded, in last instance, for the *ruling classes*, that represent the to pay demand of the market of property and guide the *order of the space*. Also the proper action of the State, in the moving one to the (re)creation of adjusted urban infrastructure, habitation and legislation, propitiates the *valuation of the ground*, causing a residential of *middle classes* and *high* standard to a large extent of this *territory*, implying new *forms* and *functions*; “paradoxically”, allow to remain themselves or to (re)create not-valueable areas in this *territory*, exactly not-privileged for the *real estate market*, generating characteristic specific and distinct actions of its inhabitants. It is argued, then, as if it gives the access to the *housing* in the District of Messejana, and the ways of occupation, use and control, whose differentiated conditions consistute the *space segregation*, configuring themselves while *social (re)production of the urban space*.

SUMÁRIO

Introdução	13
Fundamentos teórico-metodológicos	18
Conceitos básicos e categorias de análise.....	18
Procedimentos operacionais.....	30
Motivações e dificuldades.....	33
Capítulo 1 – A configuração territorial intra-urbana em Messejana-Fortaleza	36
1.1 – Expansão recente da malha urbana.....	37
1.1.1 – Descentralização e características sócio-demográficas.....	40
1.1.2 – Sistema viário.....	51
1.1.3 – Aspectos político-administrativos.....	58
1.1.4 – Meio ambiente e fronteiras rural-urbano.....	62
1.2 – Periodização histórica da ocupação territorial.....	72
1.2.1 – Relação entre Messejana e Fortaleza.....	73
1.2.2 – Inserção metropolitana e estadual.....	83
Capítulo 2 – Da organização à produção do espaço	88
2.1 – O estudo da cidade e do urbano.....	89
2.2 – Processos e formas espaciais.....	97
2.2.1 – Estruturação urbana.....	99
2.2.2 – Descentralização e segregação.....	101
2.3 – Uso e ocupação do solo.....	105
2.3.1 – A propriedade privada e a valorização do espaço.....	106
2.3.2 – O papel dos agentes produtores do espaço.....	113
2.3.3 – Legislação e planejamento urbanísticos.....	119
Capítulo 3 – O espaço intra-urbano produzido: a configuração territorial desvendada	125
3.1 – A valorização econômica do espaço construído.....	126
3.1.1 – Breves considerações sobre o mercado imobiliário em Fortaleza.....	127
3.1.2 – Valores de terrenos e imóveis.....	131
3.2 – As condições desiguais de acesso à moradia em Messejana-Fortaleza.....	137
3.2.1 – Aldeotização e (des)periferização.....	138
3.2.2 – A luta pela moradia.....	158
Considerações finais	167
Referências bibliográficas	170
Anexos	177

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS, MAPAS, IMAGENS, FIGURAS, FOTOS

TABELA I – Município de Fortaleza - concentração populacional por Distritos (1991-2000)	42
TABELA II – População residente por espécie do domicílio e tipo do domicílio particular permanente (2000)	49
TABELA III – Distrito de Messejana - Densidades (2000)	50
TABELA IV – Número e área dos imóveis rurais por classes de área (posição em abril de 1999)	70
TABELA V – Crescimento populacional na Região Metropolitana de Fortaleza (1991-2000)	86
TABELA VI – Município de Fortaleza - População ocupada por subsetor de atividade (maio, 1998)	130
TABELA VII – Custos médios da Construção Civil	130
TABELA VIII – Valores do m ² de terrenos	132-134
TABELA IX – Valorização - Conjunto habitacional “popular” no bairro Cajazeiras	135
TABELA X – Distrito de Messejana - Domicílios particulares permanentes por condição de ocupação do domicílio (2000)	146
TABELA XI – Distrito de Messejana - Domicílios particulares permanentes próprios por condição de aquisição do domicílio e condição de ocupação do terreno (2000)	147
TABELA XII – Distrito de Messejana - Favelas	149
TABELA XIII – Unidades habitacionais construídas pela Cohab-CE, em regime de mutirão, no Distrito de Messejana (1991-1999)	151
TABELA XIV – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes	152
TABELA XV – Valor do rendimento nominal médio mensal e valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (em ordem crescente de rendimento médio) - Distrito de Messejana	154
GRÁFICO I – Evolução da relação entre a população de Fortaleza e do Ceará	39
GRÁFICO II – Município de Fortaleza - evolução populacional total e por Distritos (1996 a 2000)	42
GRÁFICO III – Distrito de Messejana - evolução da quantidade de domicílios por bairro (1991 a 2000)	49
GRÁFICO IV – Comparativo da população favelada - Fortaleza e Messejana	148
QUADRO I – Rodovia federal BR-116 - características de seus trechos Fortaleza-sudeste	52
QUADRO II – Rodovia estadual CE-040 - duplicação e melhorias recentes	55
QUADRO III – Distâncias rodoviárias em relação à Fortaleza	57
QUADRO IV – Município de Fortaleza - Divisão político-administrativa	60
QUADRO V – <i>Modernização</i> - Inovações e ampliações tecnológicas em Fortaleza na primeira metade do século XX	77
QUADRO VI – Periodização histórica do processo de expansão urbana de Messejana-Fortaleza	81
QUADRO VII – Estudo da estrutura interna das cidades	89
QUADRO VIII – Processos e formas espaciais	98
QUADRO IX – Principais diretrizes norteadoras do crescimento urbano de Fortaleza	122
QUADRO X – Preço médio por metro quadrado de terrenos em alguns bairros/setores de Messejana-Fortaleza	136
QUADRO XI – Conjuntos de bairros de rendimento domiciliar segundo Distritos Fiscais	156

MAPA I – Distrito de Messejana e seus Bairros, no Município de Fortaleza, Ceará	14
MAPA II – Destaque do Distrito de Messejana (recorte territorial estudado) no Município de Fortaleza	15
MAPA III – Município de Fortaleza - distribuição da verticalização por setores censitários	47
MAPA IV – Município de Fortaleza, seus Bairros e sistema viário principal	51
MAPA V – Município de Fortaleza - regionalização administrativa local e Distrito de Messejana	59
MAPA VI – Município de Fortaleza - malha urbana	65
MAPA VII – Diretrizes do zoneamento urbano do Município de Fortaleza, 1992/1996 (PMF)	120
MAPA VIII – Distrito de Messejana - valores do m ² de terrenos ao longo das principais vias	132
MAPA IX – Distrito de Messejana - localização dos aglomerados subnormais (favelas) por setores censitários	150
MAPA X – Município de Fortaleza - renda média domiciliar por setores censitários	153
MAPA XI – Distrito de Messejana - renda média domiciliar por setores censitários	154
MAPA XII – Conjuntos de bairros de rendimento domiciliar	156
IMAGEM I – Município de Fortaleza (e entorno) - adensamento atual da mancha urbana	38
IMAGEM II – Distrito de Messejana (e entorno), com seu <i>meio ecológico e infra-estrutura</i> (SANTOS, 1985)	55
FIGURA I – Fortaleza - composição da evolução da mancha urbana, por imagens de satélites e aerofotos, 1988	37
FIGURA II – Município de Fortaleza - áreas de expansão urbana	43
FIGURA III – Anúncio imobiliário que apela para a questão “ecológica”	68
FIGURA IV – Esquema da organização espacial da cidade latino-americana	100
FIGURA V – <i>Croquis</i> do loteamento Cajazeiras I (ano 2000)	164
FOTOS I e II – <i>Shopping Center Iguatemi</i> ; Fórum Clóvis Beviláqua	41
FOTOS III e IV – Verticalização incipiente próxima à BR-116 (bairro Parque Iracema); e próxima ao rio Cocó (bairro Cocó)	48
FOTO V – BR-116, km 6 - “entrada de Fortaleza” - uso comercial e industrial (bairro Parque Iracema)	53
FOTO VI – Av. Washington Soares, trecho novo - uso residencial e comercial (bairro Guajeru)	55
FOTOS VII e VIII – BR-116, km 5,6 - “entrada de Fortaleza” (sob o viaduto da Av. Oliveira Paiva / Av. Dep. Paulino Rocha – Cidade dos Funcionários / Cajazeiras)	56
FOTOS IX e X – Sítios remanescentes - próx. à Av. Dep. Paulino Rocha, Cajazeiras; e na Av. Oliveira Paiva, Cambeba	71
FOTOS XI e XII – Vacaria às margens do rio Cocó (bairro Barroso); imóveis e entulho, próx. à Lagoa da Sapiranga	71
FOTOS XIII e XIV – Lagoa da Precabura, e dunas; Casa de José de Alencar - no Alagadiço Novo (Museu tombado pela Secult como monumento histórico)	71
FOTOS XV e XVI – Habitação na Sapiranga/Coité - prédio mais antigo e terreno em espera; terreno do Exército, desocupado (estação transmissora da 10 ^a Região Militar), bairro Cambeba	139
FOTOS XVII e XVIII – Condomínios residenciais novos (de casas), no bairro Sapiranga/Coité	143
FOTOS XIX e XX – Ocupações às margens do rio Cocó: Barroso/Passaré (próx. à rede elétrica...); e no Mata Galinha (insalubridade, poluição...)	150
FOTO XXI – Movimento social de protesto contra a Prefeitura (bairro Cajazeiras)	162
FOTO XXII – Conjunto Morada dos Bosques e loteamento Cajazeiras II (bairro Cajazeiras)	163
FOTOS XXIII, XXIV, XXV, XXVI – Loteamentos Cajazeiras I e II - etapas de implantação	164
FOTOS XXVII, XXVIII, XXIX – Loteamento Cajazeiras III e proximidades - área parcialmente inundável	165
FOTOS XXX, XXXI, XXXII, XXXIII – “Ocupação” Santa Maria Goreti - fachadas e aspectos internos das residências	166

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
AMC – Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania (Fortaleza)
BNH – Banco Nacional da Habitação
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEF – Caixa Econômica Federal
Cf. – conforme...
COHAB-CE – Companhia de Habitação do Ceará
CREA-CE – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DERT – Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (Ceará)
DETRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (ONU)
INCC – Índice Nacional da Construção Civil
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLANCE – Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITR – Imposto Territorial Rural
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo (Fortaleza)
PDDU-FOR – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Fortaleza)
PIB – Produto Interno Bruto
PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
PT – Partido dos Trabalhadores
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SECULT – Secretaria Municipal de Cultura (Fortaleza)
SEDAS – Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (Fortaleza)
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
SEFIN – Secretaria Municipal de Finanças (Fortaleza)
SEINF – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Controle Urbano (Fortaleza)
SEINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Ceará
SEMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (Fortaleza)
SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SINE – Sistema Nacional de Emprego
SMS – Secretaria Municipal de Saúde (Fortaleza)
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
s.p. – sem paginação específica
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará

Introdução

A área sudeste do Município de Fortaleza, cujo território corresponde historicamente ao Distrito de Messejana (ver Mapa I, a seguir), experimenta atualmente um *processo de expansão urbana* intimamente vinculado ao mercado imobiliário. É composta por bairros bastante heterogêneos quanto aos aspectos sócio-econômicos e ambientais (sócio-ambientais), estando quase todos, administrativamente, incluídos na Região VI da Prefeitura Municipal de Fortaleza (o Município possui seis Secretarias Executivas Regionais, intra-regionalmente distribuídas¹). Ocorre a “contraditória” (re)produção da periferia econômica em certos setores do Distrito², concomitantemente à *expansão dos subespaços* das classes médias (em geral) e alta em outros setores³.

Através da *produção social do espaço urbano* (mediação pelo *trabalho*), a *sociedade* se apropria da *natureza*, transformando-a, delimitando-a (parcelando-a) e atribuindo-lhe *valor econômico*⁴. E este é um *processo fundamental* na ocupação e no uso do solo urbano, que condiciona *formas e funções* urbanas, e do qual dependem outros *processos sociais*⁵. A partir dessa premissa, pelo viés da *espacialização*, interessa-nos explicar sobretudo o papel do mercado imobiliário⁶ na *acumulação capitalista* e na própria *configuração territorial* intra-urbana que se

¹ As Secretarias Executivas Regionais foram criadas pela Lei nº 8.000, de 29/01/1997, que reformulou a organização administrativa municipal. São elas: SER I – Grande Barra do Ceará; SER II – Grande Mucuripe; SER III – Grande Antônio Bezerra; SER IV – Grande Parangaba; SER V – Grande Mondubim; SER VI – Grande Messejana.

² Na Lei nº 8.000, bem como em leis anteriores de organização administrativa, não há menção à supressão dos Distritos (utilizados ainda pelo IBGE) e, no tocante à criação das SERs, houve apenas uma descentralização administrativa no atendimento às reivindicações populares e na execução de tarefas, propriamente (também foram criados ou reformulados outros órgãos e instâncias municipais, de planejamento e gestão). De qualquer modo, as identidades histórico-cultural e territorial (os espaços “natural” e “construído”), e o *processo* por nós identificado, nos “autorizou” a tratá-lo pelo recorte distrital.

³ No Capítulo 2 explicitaremos nossos critérios para definição dessas classes sociais...

⁴ “A *essência subjetiva* da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como *sujeito*, como *pessoa*, é o *trabalho*.” (MARX, Manuscritos econômico-filosóficos, 1844, apud GIANNOTTI et al., 1978:3).

⁵ Cf. SANTOS (1996c): “O conhecimento real de um espaço não é dado pelas relações e, sim, pelos processos... quando se fala de processo, também se está falando de tempo.” (p.61) “... como se depois de Einstein ainda se pudesse adotar essa separação entre tempo e espaço...” (p.105).
Uma questão semântica e conceitual: enfatizamos que o “solo urbano” é “espaço produzido” e, quando adotamos o termo “solo”, é devido a este ser mais usual (não implicando um conteúdo conceitual “antigo”, ligado à questão dicotômica campo-cidade enquanto “realidades isoladas”...).

⁶ Outros *agentes produtores do espaço* também são tratados, na medida em que não se pode explicar o *espaço produzido* sem compreender suas inter-relações (“processuais”...).

processa nessa *expansão espacial*. Analisa-se, por bairros e por setores, a *valorização do solo urbano* e suas decorrências/causas nesse *processo* de crescimento contemporâneo de Messejana (ênfatisando-se o período aproximado dos últimos dez anos).



MAPA I – Distrito de Messejana e seus Bairros, no Município de Fortaleza, Ceará.

Essa área também vem sendo atingida indiretamente pela *industrialização* e *valorização do turismo* no Estado do Ceará, fomentados pelo Governo Estadual, ao adensarem-se os *fluxos* que perpassam seu *território*, intensificando o seu uso e requalificando-o, além da *expansão in situ* promovida pela própria demanda de ocupação do *espaço*. E, como FLÁVIO VILLAÇA (1998:70), salientamos: “*Note-se que estamos falando de ‘expansão’ de zonas da cidade, em arranjo territorial do crescimento urbano*”.

O Distrito de Messejana tem uma ocupação antiga, concomitante à ocupação populacional em Fortaleza, de quem fora independente enquanto Vila e, posteriormente, enquanto Município. Seus momentos históricos, como *espaço intra-urbano*, estão contidos na atual *configuração territorial* do Município de Fortaleza, cujas *formas e funções* são, também, historicamente determinadas.

Assim, ao relatarmos as fases históricas de crescimento urbano (*formação social*) de Fortaleza e de Messejana (desde núcleos urbanos independentes até a atual *configuração territorial* intra-urbana) – no Capítulo 1 –, explicamos parte do atual *processo de expansão espacial* de Fortaleza.



MAPA II – Destaque do Distrito de Messejana (recorte territorial estudado) no Município de Fortaleza.

Também, ao se discutir os contemporâneos e específicos *processos espaciais intra-urbanos* – aldeotização e (des)periferização, ou seja, a *descentralização* e a *segregação espaciais* – e as *formas e funções* precedentes e decorrentes – no Capítulo 3 –, verificamos que a atual *configuração territorial* do Distrito de Messejana é resultado de relações sociais locais imbricadas à *totalidade* da qual fazem parte⁷.

Assim, a ocupação/edificação e o uso do *espaço urbano* dependem das relações estabelecidas entre alguns grupos de *agentes* sociais, cujas atividades são objeto de algumas linhas de estudo na Geografia e em outras ciências afins, que vão desde os “anteriores” paradigmas naturalistas até os “atuais” paradigmas sociais (num dos quais inserimos nossa reflexão teórica, exposta no Capítulo 2).

Os *agentes* que participam dessa *produção social do espaço urbano*, no “jogo” das relações capitalistas, podem ser classificados em três grandes grupos: os agentes privados capitalistas; as classes e frações de classes sociais destituídos de grande poder econômico capitalista; e o Poder Público (Estado). Todos têm estratégias e dificuldades distintas de ocupação e uso desse *espaço*, embora as ações do Estado favoreçam, direta ou indiretamente, às *classes dominantes* (domínio econômico-político), gerando conflitos que, no caso da *moradia*, resultam na *segregação espacial* e no conseqüente *controle social* (isto ocorre pela própria dinâmica do *sistema social* no qual estamos inseridos).

⁷ Cf. SANTOS (1979a, p.163): “Os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade... eles são o instrumento e o veículo da metamorfose da universalidade em singularidade por que passa a totalidade”. E ainda: “... o objeto geográfico deverá ser um processo concreto que possua uma relativa autonomia de manifestação na própria realidade, sendo essa identidade específica vista como um segmento de uma totalidade maior.” (MORAES & COSTA, 1999:53).

O objetivo geral da pesquisa foi explicar a atual *configuração territorial* do Distrito de Messejana (sudeste de Fortaleza), sua gênese e dinâmica, através da análise do *processo de expansão espacial intra-urbana*, a partir da ação dos *agentes produtores do espaço*, no tocante ao *uso e ocupação do solo*, com ênfase no *mercado imobiliário* local (gerador e gerado pela *segregação*)⁸. Assim, responderíamos à questão de como a *valorização do solo* permite ou impede às diferentes *classes sociais* o seu acesso (e/ou vice-versa)...

Especificamente, pretendeu-se:

1. identificar as principais “frentes” de *expansão urbana* (áreas potenciais ou efetivas de maior adensamento imobiliário, populacional, e de mudanças de uso);
2. analisar alguns aspectos legislativos e ambientais relativos a essa *expansão*;
3. relatar o *acesso* pretérito ao *solo* nas áreas mais representativas (da *formação social* à constituição das propriedades imobiliárias privadas e dos espaços públicos);
4. explicar o *processo* atual de *especulação fundiária e imobiliária* e as estratégias e conflitos decorrentes (papéis e relações dos *agentes* imobiliários – e “não-imobiliários” – transformadores desse *espaço urbano*);
5. caracterizar os principais tipos de imóveis, equipamentos, infra-estruturas e serviços existentes (a partir de suas localizações, da *estrutura social*, e das *formas e funções*);
6. classificar o *espaço intra-urbano* quanto ao *uso* e à *ocupação* (a partir das *descentralizações*, *segregações* e *territorialidades* engendradas pelo *processo*).

⁸ Isso equivale à explicação da *estruturação urbana* (física, das *formas*) a partir das *relações sociais de produção* (ou seja, à explicação da própria *produção social* desse *espaço intra-urbano*, enquanto estudo de caso).

Fundamentos teórico-metodológicos

Em nossa pesquisa, tendo como fundamento teorias “urbanas” em geral e estudos locais⁹, procuramos apreender o *processo de expansão urbana* específico de Messejana (enquanto unidade territorial pertencente ao Município de Fortaleza, correspondendo à sua porção sudeste).

Conceitos básicos e categorias de análise:

Neste item apresentamos os conceitos básicos utilizados na pesquisa: *espaço* e *território*. Os mesmos estão operacionalizados, enquanto categorias geográficas de análise, como *espaço intra-urbano* e *configuração territorial*, respectivamente. Também o conceito de *formação social* permitiu “uni-los” e compreendê-los, cf. veremos a seguir¹⁰.

As categorias filosóficas que perpassam todo o trabalho são: *estrutura-processo-função-forma*, *trabalho* e *valor*, além de outras de menor relevância ou de conteúdo conceitual semelhante que, quando surgirem, serão explicadas e contextualizadas.¹¹

A *configuração territorial*, enquanto a justaposição de *objetos geográficos* e do *território* (sinônimo de *estruturação* ou, no caso, de *estrutura urbana*), serviu à análise espaço-temporal, cuja *forma* ou aparência, em períodos distintos (inclusive o atual), pôde indicar algumas relações sociais específicas (revelando, pois, a essência dos *processos*, pela *estrutura social* e *funções* subjacentes).

⁹ Ressaltamos que “se por um lado rejeitamos um esquema explicativo generalizante capaz de ser aplicado à ‘realidade’ em pauta, por outro, uma abordagem pautada no idiográfico simplesmente pode ter efeito contrário, deixando obscuro muito do que as idéias mais gerais poderiam contribuir para evidenciar.” (AMORA, 1999:28).

¹⁰ Embora SANTOS tratasse mais especificamente da escala nacional (na relação Estado/*território*), o conceito de *formação social* também é aplicável a outras escalas concretas (como é comumente utilizado por outros autores). CORRÊA (1995a) chega mesmo a considerar a *formação social* como um meta-conceito.

¹¹ Para realizar essas distinções filosóficas e conceituais, baseamo-nos sobretudo nas considerações do Prof. ARMANDO CORRÊA DA SILVA (1986).

“A configuração territorial é o território e [sic] mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem. [...] É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território...” (SANTOS, 1991:75-76). “Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. [...] O conhecimento dos objetos e dos seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora, e o papel da geografia também se renova, na análise social e na construção do futuro.” (SANTOS, 1997:109)

O conteúdo da categoria *espaço intra-urbano*, para VILLAÇA (1998), refere-se principalmente à diferença entre a mobilidade populacional na vida de relações *na cidade* em comparação às relações intra-regionais. No nível intra-urbano, são as relações trabalho/moradia que geram os principais *fluxos* de pessoas (bem como de mercadorias, ordens etc.). Para VILLAÇA, o *intra-urbano* é sinônimo de *urbano*, tendo o autor adotado o primeiro termo devido ao já consagrado uso do segundo aos estudos regionais. Porém, adaptamos esse conceito, utilizando o *espaço intra-urbano* enquanto um *subespaço* específico *inserido* no *espaço urbano* fortalezense que, por representar um *processo* também específico, serviu de “recorte”, de escala focal de nossa análise (por sua vez inserido em escalas mais abrangentes e contendo outras escalas; estas também foram, a partir de necessidades por nós percebidas, brevemente analisadas)¹².

“A análise dialética exige que a estruturação territorial seja encarada como um processo e, como tal, sua abordagem é efetuada em termos de movimento, e o movimento das estruturas urbanas é sempre fruto da atuação de várias forças que atuam em sentidos diferentes com intensidades diferentes. O que cabe analisar são as forças presentes, suas origens e intensidades. A atuação dessas forças determina uma tendência...” (VILLAÇA, 1998:133)

O conceito de *espaço geográfico* teve diferentes significados durante a evolução do pensamento científico. Adotamos neste trabalho o *espaço* enquanto

¹² Convém lembrar a discussão sobre *escala* em CASTRO (1995) e sua consideração sobre a “... dualidade implícita no objeto de trabalho do geógrafo: o fenômeno [processo] e o recorte espacial ao qual ele dá sentido.” (p.138). SANTOS (1979a, p.163) diz que a noção de *processo* permeia as categorias “internas” (para nós, “filosóficas”) *estrutura-função-forma*, bem como as categorias *tempo* e *escala*, “que funcionam externamente”.

produção social, como condição, meio e produto das atividades humanas sobre o território. Este, por sua vez, “... se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo, [...] resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas.” (SANTOS, 1996c:189).

Foi *Henri Lefebvre* quem acrescentou à análise marxista convencional essa concepção de *espaço*, propondo uma teoria marxista do *espaço*¹³. Superando o estudo apenas da produção, consumo, troca, e da riqueza (*mais-valia*, excedente) através dos fatores de produção terra, trabalho e capital, introduziu na análise social a *forma espacial (design)*, que seria uma *força de produção* vinculada à própria “reprodução” das relações sociais¹⁴ (e da “cultura”, vinculada também ao “encontro” social, bem como à *forma mental simultaneidade*, e à *estrutura e função* sociais/espaciais).

Essa abordagem ratificou-se quando *LEFEBVRE (1986; 1998)* detectou o erro na lógica formal de *Kant* (que fragmentara o *espaço* em físico, social e mental), e chegou à noção de *espaço humano*¹⁵, que diz respeito à indissociabilidade entre espaço físico e sociedade, que interagem dialeticamente, reproduzindo-se mutuamente.

Desse modo, segundo *Lefebvre*, o *espaço* atua de várias maneiras. Como *força e meio* de produção: as relações entre *forma, estrutura e função* o transformam em *produtos* distintos: *espaço* de consumo coletivo (ex.: áreas verdes); *espaço* como objeto de consumo (ex.: de turismo). O *espaço* atua também na *reprodução das relações sociais de produção*, como *instrumento* político para o Estado (organização social como hierarquia de poder) e no conflito de classes, gerando uma “explosão de espaços”: o *espaço abstrato* (fragmentado), expropriado, econômico-político,

¹³ Em diversas obras, a partir do final da década de 1960, abordagem que *GOTTDIENER (1993)* chama de “perspectiva [sic] produção do espaço”.

¹⁴ Cf. *GOTTDIENER (1993, p.127-128)*.

¹⁵ O mesmo que *espaço social*, pois “O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon* [Aristóteles], não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade.” (*MARX, Para a Crítica da Economia Política, 1857, apud GIANNOTTI et al., 1978:104*). (Lembramos que em obras anteriores (1991b, 1999b...) *LEFEBVRE* já vinha desenvolvendo essa noção...).

“produto”, do valor-de-troca; e o *espaço social* (pessoal e coletivo), solidário, total, “obra”, do valor-de-uso¹⁶.

GOTTDIENER (1993, p.127), relatando a *perspectiva* (da) *produção do espaço*, de Lefebvre, diz que:

“O espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade – ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. [...] O espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.”

Santos aproximou-se dessa mesma idéia através do conceito de *formação social*, que lhe permitiu “unir” o espaço físico à *sociedade* e ao *tempo*¹⁷: para entender melhor o processo histórico que constitui as sociedades atuais, lançou mão desse conceito (*formação social*), cuja idéia já era presente em Marx¹⁸ (embora neste não aparecesse a mesma noção de *espaço*; portanto, com significado um pouco distinto¹⁹). Diz respeito à singularidade dos *lugares* que, mesmo inseridos na *totalidade*, são sempre expressões únicas de uma complexidade de relações sócio-espaciais (“físico-sociais”).

¹⁶ SANTOS (1994a), de maneira semelhante, identifica o “espaço em rede” (“espaço de alguns”, comandado pelos atores hegemônicos) e o “espaço banal” (“espaço de todos”, do cotidiano).

¹⁷ Isso se deu entre final dos anos 1960 e início dos anos 1970... A dimensão espacial *forma* passou a ser categorizada com novo significado, enfatizando-se sua importância justamente pela relação dialética estabelecida com as demais dimensões espaciais (sócio-espaciais).

¹⁸ “Em todas as formações sociais, é uma produção determinada que designa a todas as outras sua posição e sua importância” (MARX, Para a Crítica da Economia Política, 1857, apud LEFEBVRE, 1999a:82).

¹⁹ Com Santos e Lefebvre, principalmente, o *espaço* passou a ser considerado enquanto produto, condição e meio das relações sociais – vistas enquanto relações entre a sociedade e o meio ambiente biofísico (e construído) –, e que “reproduz” essas mesmas relações, sendo o próprio objeto de estudo da Geografia. E, como veremos, pode ser trabalhado/entendido enquanto *processos* e *formas* sócio-espaciais (com *estruturas* e *funções* subjacentes).

A *formação social* existente no sistema capitalista visa à dominação, através das relações de produção, da ideologia e dos mecanismos de alienação. Daí concluímos como SANTOS (apud CORRÊA, 1995a, p.26²⁰): “Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”.²¹

O *território*, enquanto “oficialização” do *espaço*, é a instância que determina e representa nossa *formação social* – diga-se, formação sócio-econômica e espacial – e, como o próprio termo “formação” indica, tem evidentemente um conteúdo histórico (daí porque, dialeticamente, a *formação social* determina o *território* “oficializado”...).

São as relações sociais sobre o substrato físico (já como “*espaço*”) que produzem, dialeticamente, o *território*, a *territorialidade* e a *espacialidade*. O *território* define relações de poder ao concretizar a *espacialidade* social (SOUZA, 1995). Com isso, (re)definem-se as *territorialidades*, bem como seus processos de realização: se anteriormente havia a comunhão individual dos lugares com o Universo, atualmente, com a “mundialização perversa”, há a comunhão global, com a interdependência “universal” dos lugares (SANTOS, 1994a). Mas, a *materialidade* específica de cada *lugar* e seu *cotidiano* lhe conferem uma *territorialidade* própria. Assim, explica-se a *identidade* (singular) de cada lugar, sua simbologia única, e as relações cotidianas que se estabelecem em cada parcela de *espaço* considerada²², que interagem com as *formas* e *funções* existentes (a própria *materialidade*). Nesse sentido, por exemplo, os moradores reivindicarão melhorias para a *sua* “comunidade” específica...

Assim, o *espaço geográfico* não implica apenas a organização ou distribuição dos *objetos geográficos sobre o território*, mas esses mesmos *objetos* e o “seu” *território* são o próprio *espaço*, enquanto *formas-funções-estrutura-processo*:

²⁰ Referindo-se a: SANTOS, MILTON. Sociedade e Espaço: Formação Social como teoria e método (1977, p.5).

²¹ Para SANTOS (1996c, p.200), o estudo da categoria *formação social* permite “... compreender a especificidade de cada sociedade... como realidade historicamente determinada com base territorial”. Isso é válido também para o nosso nível de análise, o intra-urbano.

²² A *territorialidade* reproduz o senso de identidade espacial, o senso de exclusividade, e a compartimentação da interação humana no *espaço* (SOJA, 1993, apud PEREIRA JR., 2001).

“Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. [...] Considerados em conjunto... e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.” (SANTOS, 1985:52)²³. “No curso do desenvolvimento, formas transformam-se em funções e entram em estruturas que as retomam e as transformam...” (LEFEBVRE, 1991b:54).

Desse modo, o *espaço geográfico* constitui-se nas relações indissociáveis entre a base material onde a vida humana se desenvolve e as próprias relações sociais, sendo o “... resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial.” (SANTOS, 1996c:88).

“Se o espaço não pode ser definido pelas relações bilaterais entre o homem e os dados naturais, tampouco ele é resultado exclusivo da ação de fluxos econômicos, como se a superfície da terra [sic] fosse o campo de ação de forças de modelamento que não levam em conta as rugosidades. A vantagem oferecida por esta tentativa, é de ser susceptível de ultrapassar a objeção que poderia ser levantada em um enfoque geográfico baseado unicamente no princípio de localização, isto é, da maneira como ele é compreendido pelos economistas.” (SANTOS, 1996c:59)

Nesse contexto, o *espaço urbano* é especial, pois é o resultado das aglomerações (e das atividades) humanas, seja nas Vilas, seja nas Cidades, onde se concentram o desenvolvimento e o progresso histórico da *humanidade*. Porém, essa conceituação de *espaço* não se resume ao “grau de civilização” de cada população em particular ou ao seu “gênero de vida” e à respectiva (e antiga) noção de *região*, que concebiam as atividades humanas, a “técnica”, como simples reflexos da “cultura” local, e não como vinculadas ao *modo de produção* dominante.²⁴

²³ Além das categorias sistêmicas e dialéticas *estrutura-processo-função-forma* (... 1978, 1979a, 1985...), SANTOS propôs outras categorias analíticas, como *fixos* e *fluxos* (... 1991...) e *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* (... 1997, 1999...). Entendemos que o uso das quatro primeiras categorias permite uma melhor apreensão da complexidade do real, embora as demais formas de análise também possam ser aplicadas, até mesmo conjuntamente... (Vale lembrar que muitas dessas idéias também já se encontravam presentes em Lefebvre...).

²⁴ Falamos então do conceito marxiano de *grau de civilização* n’O Capital (cf. LEFEBVRE, 1991b, p.141-142), material e historicamente produzida de acordo com o *modo de produção* específico de cada *sociedade*. A esse respeito, ver também SANTOS (1996c, p.20 e 34)... Os conceitos “antigos” de *região* e *paisagem*, ligados ao *gênero de vida* – “cultura” e “causa-efeito” – foram revistos pela literatura geográfica marxista da segunda metade do século XX... Quanto a isso, adotamos implicitamente neste trabalho as idéias (ainda “materialistas”) a

ANA FANI A. CARLOS (1994a, 1997) e MORAES & COSTA (1999)²⁵ nos fornecem as pistas de como o *materialismo histórico e dialético* pode explicar o *processo de expansão espacial urbana*. Pela *dialética*, aliada ao *materialismo histórico*, compreendemos que os *modos de produção* humanos lhes propiciam maneiras distintas de *apropriação da natureza*; e as múltiplas relações entre *humanidade e natureza*, assim como as *relações sociais* propriamente ditas, são bastante complexas.

A mediação entre *natureza e sociedade* é realizada pelo *trabalho*. Este, porém, sob o *modo de produção* capitalista, tem um duplo aspecto: trabalho concreto, enquanto *valor-de-uso*; e trabalho abstrato, enquanto *valor-de-troca*²⁶. Este último (combinado ao primeiro) “transforma” em *mercadorias* tanto as atividades humanas (como a própria *força-de-trabalho*) quanto os próprios *produtos*, extraíndo-se a *mais-valia* desse mesmo *trabalho* (da *força-de-trabalho*) enquanto trabalho excedente não-pago²⁷. E, pela *produção-circulação*, geram-se a *acumulação*, a *concentração*, e a *reprodução* desse *modo de produção* e, por conseguinte, do próprio *espaço* (e da *sociedade*), como *espaço valorizado, do e para o capital*²⁸.

Com a divisão social e técnica do *trabalho* (buscando controle e produtividade), a *estrutura social* passou a ser determinada pela *luta de classes*²⁹. A Economia e a Política, e a ideologia e a “cultura” são faces da organização e do controle do *território*, sendo este a própria junção dialética de todas essas esferas sociais³⁰. O *território* então se torna objeto da análise social pelo seu uso, e não pela simples existência do substrato físico, sendo nosso permanente “quadro de vida” (SANTOS, 1994a).

respeito da “questão do sujeito na produção do espaço” de MORAES (1996), ou seja, sem dogmatizar nem a “economia”, nem a própria “cultura” (esta última como temática norteadora da obra citada).

²⁵ Dentre outros autores...

²⁶ Cf. já revelara KARL MARX (MORAES & COSTA, 1999), ainda no século XIX.

²⁷ A *força-de-trabalho* é a única *mercadoria* que, quando consumida, cria *valor* (MORAES & COSTA, 1999).

²⁸ RUY MOREIRA (1985) chega a falar de uma “geografia da alienação”, haja vista a *sociedade* atual engendrar e “aceitar” as “crises” ecológica, energética, habitacional e moral, degradando *homem e natureza*, que se tornaram “mercadorias”, meras “coisas” para o *capital*.

²⁹ O “motor da História” marxiano... (“A história de toda sociedade passada é a história da luta de classes”. MARX & ENGELS, O Manifesto Comunista, 1848:s.p.).

³⁰ Diga-se aqui: “sócio-espaciais”, “sócio-ambientais”, “físico-sociais”... “As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: [...] o mercado imobiliário; [...] Estado; [...] ideologia” (VILLAÇA, 1998:335).

É através da dinâmica própria do *capitalismo*, hoje hegemônico, de transformação de todos os aspectos da realidade em *mercadoria*, dentre eles o próprio espaço físico que, pelo processo de *valorização do solo*³¹ – mediado pela própria *sociedade*, incluindo aqui o chamado “mercado imobiliário” –, (re)produz-se o *espaço geográfico*. “São os interesses do grande capital que, afinal, definem os grupos de atividades localizadas num ponto dado do espaço.” (SANTOS, 1996c:77). Então, devido às suas condições sócio-econômicas, os homens não têm as mesmas mobilidades no *território*; o *espaço* torna-se diferente e diferenciado, gerando-se a *segregação espacial*³².

Assim, essa *periferização* econômica e espacial nas cidades é uma decorrência “cíclica” do *modo de produção* no qual vivemos – o *capitalismo* (entendido como *modelo civilizatório* não determinado pela “cultura”, mas pela *reprodução das relações sociais de produção*, de acordo com as *formações sociais* específicas). Estabelece-se uma relação dialética entre *sociedade* e *espaço* (cada qual contido e contendo o outro, gerando *lugares, paisagens, territórios...*). O *espaço geográfico* é uma *instância social* (“produtor” e “produto”, de *coisas* e de *obras*³³), e esta *dialética espacial* resulta no fato da *produção social do espaço urbano* ter sua própria dinâmica, cuja instituição da propriedade privada³⁴ e “valorização econômica” do solo “permitiram” que a categoria *renda da terra*, “pré-capitalista”, tenha sido incorporada ao *processo de acumulação de capital* sem extinguir-se (assim como a própria cidade)³⁵.

³¹ Convém ressaltar que esse *valor* não é apenas “econômico” *estricto senso*, cf. será detalhado no Capítulo 2.

³² Sinônimo de *segregação residencial* (CORRÊA, 1995b), *segregação sócio-espacial* (termo de uso mais comum atualmente), ou simplesmente *segregação*.

³³ Termos de HENRI LEFEBVRE (1999a, *passim*).

³⁴ “No centro da crise urbana está o poder conferido pela propriedade privada da terra que cria as atuais normas de acesso à cidade, tanto no que se refere à moradia, como às condições de vida, expressas na contradição entre a riqueza e a pobreza; uma cidade que se produz em função de necessidades e objetivos que fogem àqueles do conjunto da sociedade – particularmente da classe trabalhadora.” (CARLOS, 1997:33).

³⁵ “A propriedade da terra se mantém no quadro da propriedade privada em geral. Ainda que essa propriedade imobiliária tenha dado lugar à propriedade mobiliária, a do dinheiro e do capital, ela persiste. E mesmo ela se consolida, desde o tempo de Marx, a burguesia enriquece comprando terras, constituindo para si propriedades fundiárias (e, conseqüentemente, reconstituindo, sobre a base de um novo monopólio, a propriedade fundiária e a renda da terra). A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, *pesa sobre o conjunto da sociedade*.” (LEFEBVRE, 1999:160-161).

Segundo CARLOS (1997, p.50):

“O processo de valorização do/no espaço urbano nos remete a uma discussão... sobre o conceito de espaço. Vimos que o espaço é produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos. O espaço é entendido em função do processo de trabalho que produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza. Assim, o espaço se cria a partir da natureza que é totalmente transformada no curso de gerações.”

Pode-se, assim, falar da *produção do espaço* (ratificando...). Nas palavras de RUY MOREIRA (1985, p.67-68):

“... A relação homem-meio exprimir-se-á sob uma dada forma de organização espacial, pelo simples fato de que a chamada ‘relação homem-meio’ é uma relação de trabalho. Logo, o que se tem na forma da organização espacial é a própria sociedade. [...] A sociedade é o tema verdadeiro da geografia. E ela estudá-la-á a partir daquilo que é a expressão material visível da sociedade: o espaço. A sociedade, porém, não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais.”

Assim, a *produção do espaço* implica o *valor*, e a *formação social*. O *espaço* é o que dele fazem as pessoas, os atores ou sujeitos sociais, e os agentes, individualmente ou em grupos ou institucionalmente, enfim, socialmente. E esse mesmo *espaço*, continuamente transformado, além de refletir essas atividades sociais, também as condiciona, e serve de instrumento. É, portanto, a *estrutura social* em constante *processo de reprodução*, gerada e geradora de *formas e funções* (disto constitui-se a *dialética do espaço*³⁶).

A *estrutura social* está subjacente ao longo do *processo histórico de formação social* (ou seja, *espacial*). Assim, mesmo se as *formas e/ou funções* não existem mais, pelo método *processual* (do *materialismo histórico*) elas são “resgatadas”, e desvenda-se sua participação na atual *configuração territorial*. Com o decorrer do tempo, “*cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.*” (SANTOS, 1997:111).

³⁶ E, cf. MILTON SANTOS (1979b), a verdadeira *dialética espacial* se apreende no nível local...

Assim, pela perspectiva da *produção do espaço*, através do entendimento do *processo* histórico de formação (partindo-se do *presente*), dos “mecanismos” e da ação dos *agentes e atores sociais* que produzem e consomem o *espaço* da Cidade, podemos entender a própria Cidade e, dialeticamente, voltarmos ao entendimento dessa mesma *sociedade*, explicando-a³⁷. Essa abordagem dá-se pela “leitura” das *formas e funções* (“aparência”) e pelo entendimento das *estruturas e processos* pelos quais aquelas se realizam (“essência”), retornando ao “real concreto”, desmistificado, então, pelo método e concepção filosófica do *materialismo histórico e dialético*³⁸, cuja síntese poderá gerar prováveis prognósticos dessa *expansão* num futuro próximo, enquanto tendências, subsidiando novas pesquisas, planejamentos urbano-regionais e decisões políticas.

“A própria geografia pode contribuir para a evolução conceitual de outras disciplinas, a economia, por exemplo [...] Os estudos geográficos ganham assim novas condições para colaborar no aperfeiçoamento de muitos dos conceitos econômicos. [...] André Marchal havia dito que ‘as leis econômicas nada mais são que o reflexo do comportamento dos homens. E esse comportamento varia segundo as épocas e segundo os lugares’. Nesse particular, o que é válido para a economia, é válido para a geografia.”
(SANTOS, 1996c:102)

Cabe ainda destacar a relação conceitual entre *paisagem, configuração territorial e espaço*, cuja melhor descrição, sucinta, foi feita pelo professor MILTON SANTOS (1991, p.77):

“A paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos; a configuração territorial é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível; e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial.”

³⁷ No Capítulo 2 aprofundaremos algumas dessas questões teóricas...

³⁸ Ou, do *materialismo histórico e geográfico*, cf. propõe EDWARD W. SOJA (1993), onde salienta a necessidade da criação dessa nova abordagem ao criticar a concepção historicista (segundo o autor) e a-espacial do próprio Marx e do marxismo “ortodoxo” vigente (que têm no *materialismo histórico e dialético* sua concepção de mundo...). O *materialismo histórico-geográfico* também é citado por DAVID HARVEY (1998), ao discutir a “crise” do *materialismo histórico*, e seu “reenquadramento” nessa nova abordagem (que leva em conta a dinâmica própria do espaço...).

E prossegue, concatenando com a *forma (idem)*:

“Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.”

Novamente, SANTOS (1996c, p.5-6) nos ensina que:

“O estudo da totalidade social em processo permanente de totalização é associado, assim, à análise de um espaço em processo de permanente mudança. Às mutações da sociedade correspondem cisões que modificam profundamente a organização espacial. Esses dois movimentos conjugados somente podem ser analisados através de categorias que sejam, ao mesmo tempo, categorias da realidade. Forma, função, processo e estrutura serão, pois, tratados como categorias de análise e categorias do real, imbricadas e interdependentes. [...] A paisagem aparecerá, então, como uma espécie de ‘mentira funcional’.”

Assim, apreender a *paisagem* significa captar a “essência” contida nessa “aparência” (que é a própria *paisagem*), através de sua *configuração territorial*, revelando-se o *espaço* (a dinâmica do *processo total*): são as *formas-conteúdos* expressas na *configuração territorial*. Trataremos, pois, a *paisagem* enquanto *forma*, semelhantemente ao trabalhado por Santos³⁹.

Vamos entender, ainda, a “realidade atual” a partir do *espaço do cotidiano* (das relações sociais, e dos poderes) – que nos dá a *conjuntura* –, do *tempo histórico* – que nos fornece a *estrutura social* (e *espacial*) –, e da *teoria*. Verificamos, pois, como aspectos relevantes de nossa pesquisa, teoria, história, legislação e relações sócio-econômicas específicas, disto resultando a situação *presente* – o *processo de expansão urbana* – que procuramos apreender.

³⁹ Aplicamos neste trabalho a *forma* enquanto “ente físico” (“natural” ou “artificial”), ontológica e epistemologicamente indissociável de suas “categorias-irmãs”: *função*, *estrutura* e *processo*, cf. SANTOS (... 1979a, 1985, 1991, 1996c, 1999...). E a *forma*, tanto “física” quanto “metafísica”, implica uma noção de *forma-conteúdo*: “De que serve adquirir um pedaço de rua? Que se pode fazer com esse fragmento, senão utilizá-lo dentro e em função da totalidade das coisas que formam a configuração territorial?” (SANTOS, 1991:76-77). Ou seja, a *estrutura social*, durante o *processo* histórico, torna-se concreta na *forma urbana*, que por sua vez executa as *funções* estruturantes dessa mesma *sociedade* (ela própria, *espaço*)...

“O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.” (MARX, Para a Crítica da Economia Política, 1857, apud GIANNOTTI et al., 1978:116)

Assim, o *processo de expansão espacial* de Messejana-Fortaleza, inserido na *estrutura social* capitalista, implica a própria *reestruturação urbana* (alteração e/ou (re)criação de *formas* e/ou *funções*, apropriadas e/ou (re)criadas pelo “mercado imobiliário”), implicando também a *segregação/valorização econômica* dos terrenos e imóveis...

Nos Capítulos seguintes, essas considerações, conceitos e categorias balizarão a exposição dos resultados da pesquisa, e serão úteis também às novas discussões que surgirem...

Procedimentos operacionais:

Para todo o processo de pesquisa, da revisão bibliográfica à interpretação dos dados obtidos, à luz da teoria, passando pela definição das variáveis relevantes, adotaram-se os seguintes procedimentos operacionais:

- Seleção e análise do material bibliográfico e geocartográfico disponível;
- Análise das cartas topográficas, aerofotos e imagens de satélites (material geocartográfico) para a obtenção das informações da rede viária e infra-estrutura urbana atual, bem como para a delimitação das fronteiras territoriais intra-urbanas (posteriormente), de acordo com critérios sócio-econômicos e morfológicos;
- Elaboração de uma base cartográfica de apoio;
- Análise da evolução urbana, verificando-se historicamente as densidades demográficas, fundiárias e imobiliárias, e comparando-se suas representações geocartográficas (e documentais) ao longo do tempo;
- Observação da área, com levantamentos e coletas de dados que contemplaram os aspectos considerados relevantes (ver ao longo de todo o trabalho);
- Avaliação de alguns aspectos legislativos e ambientais referentes ao objeto de estudo;
- Identificação dos principais grupos que concorrem para a transformação do espaço estudado – expansão e (re)configuração urbana no Distrito –, como produtores diretos ou participantes;
- Formulação e realização de entrevistas com representantes desses grupos identificados (com questões técnicas, histórico-políticas e sócio-econômicas);
- Tratamento dos dados e das informações já existentes e coletados (organização e análise);
- Elaboração de redação parcial, de síntese, sobre o trabalho até então realizado (esboço da Dissertação, com auxílio do Relatório de Qualificação, revisado);
- Retorno “ao campo” para realização de entrevistas adicionais (sendo ou não com os mesmos entrevistados anteriormente) e/ou para tirar fotografias;

- Elaboração final da geocartografia, dos fotogramas e da tabulação de dados, através do uso de programas e equipamentos de editoração gráfica e planilha eletrônica (para auxílio à comunicação da pesquisa);
- Interpretação, redação final da Dissertação e revisão geral (em programa computacional editor de texto).

E os principais materiais utilizados foram:

- Guia Digital de Fortaleza (Aerofoto Nordeste, 1999), em CD;
- Software EstatCart, versão 1.1 (IBGE, 2002), em CD;
- Software de Análise da Luos, versão 2.0 (PMF, 1998), em CD;
- Planta de Classificação Viária da Luos, na escala de 1:25.000 (1997);
- Atlas do Ceará (Iplance, 1997), em CD;
- Imagens de satélite TM-LANDSAT 5 (1996), em papel e CD;
- Cartas topográficas do Ministério do Exército-DSG folhas SA.24-Z-C-IV Fortaleza e SA.24-Z-C-V Aquiraz, na escala de 1:100.000 (1991);
- Outros materiais geocartográficos, documentais e textuais obtidos via *Internet*;
- Microcomputador AMD-K6 II e impressora HP DeskJet 610C (próprios);
- Programas de microcomputador Paint, CorelDraw e AutoCad Map para editoração gráfica (tratamento espacial), e MS-Word e MS-Excel para textos, tabelas, quadros e gráficos simples;
- Máquinas fotográficas Kodak (digital e convencional).

Os principais levantamentos realizados foram: tipo, preço e localização de “faces de quadras” e imóveis construídos; infra-estrutura instalada; atividades desenvolvidas nas diversas subáreas; leis etc. (em órgãos governamentais⁴⁰ e empresas privadas, bem como oriundos de fontes “alternativas”: *sites* etc.). Os dados contemplados, para subsídio à pesquisa (sociais, econômicos, legislativos, ambientais e estatísticos), estão listados mais detalhadamente no Anexo II deste trabalho. Sua coleta deu-se paulatinamente, ao longo dos semestres cursados e no transcorrer do próprio processo de pesquisa.

Em geral, as variáveis correlacionadas foram: população e densidade demográfica e domiciliar, por bairros e setores censitários; tipos e distribuição dos equipamentos (de saúde e saneamento; urbanos, comunitários e infra-estrutura básica); população economicamente ativa e rendimentos dos “chefes de família”; tipos de ocupações/construções e usos; e preços de terrenos e imóveis (quantitativas). A estas, combinaram-se alguns eventos históricos e percepções do *cotidiano* (opiniões) de moradores e *agentes* imobiliários (qualitativas).

A base estatística utilizada na pesquisa definiu-se em função da disponibilidade e relevância por nós atribuída a cada grupo de dados/informações coletados. Partiu-se de dados gerais, sócio-econômicos, dos Censos Demográficos, correlacionando-os entre si e entre dados pontuais, mais específicos, como os relativos à *valorização do solo e de edificações*, tendo em mente que todos eles poderiam nos auxiliar no que buscávamos apreender. Esses critérios adotados serão explicados ao longo do trabalho.

Fez-se também entrevistas com alguns *atores* e *agentes* relevantes (cf. descrito no Anexo I).

⁴⁰ Apesar do disposto na Lei Orgânica de Fortaleza, em seu Artigo 155 – “É obrigação do Município manter atualizados os cadastros imobiliários e de terras públicas [...] Parágrafo único - Fica assegurado o amplo acesso da população às informações sobre cadastro atualizado das terras públicas e particulares, assim como dos imóveis, e plantas de desenvolvimento urbano e da região metropolitana, zonas agrícolas, localizações industriais, projetos de infra-estrutura e informações referentes à gestão dos serviços públicos” –, esperamos alguns meses, mas não conseguimos de uma das Secretarias Municipais algumas informações que julgávamos vitais à pesquisa (como os cadastros de imóveis e da estrutura fundiária urbana, mesmo se parciais, solicitadas cf. especificado no Anexo II), atrasando-a e prejudicando-a...

Motivações e dificuldades:

Ser fortalezense não implica ser natural de Fortaleza, mas, como habitante, fazê-la pertencer ao coração, por uma história de vida que a teve como “pano de fundo”. Na verdade, descobrindo na infância a Cidade de Fortaleza, foi difícil não querer a ela retornar, após uma ausência de quinze anos, para redescobri-la com outro olhar, não mais pueril, mas ainda assim apaixonado.

No retorno, descobre-se a porção messejanense de Fortaleza (além de outras, totalmente desconhecidas à infância), cuja *identidade* própria não é objetivo deste trabalho, mas ajuda a norteá-lo. Ao residirmos no local, Messejana “estendida”, percebemos a importância do atual *processo de expansão espacial* (que tem uma dimensão diferente dos períodos anteriores), o que nos impeliu a querer descobrir suas “raízes” e “motores”, privilegiando todo o *território* historicamente constituído.

Aprendemos então, pela também apaixonante Geografia, que estávamos participando ativamente do *processo*, enquanto morador, pois o citado “pano de fundo” sempre fora *espaço*, e nele nos incluíamos como parte integrante desse mesmo *processo*. Assim, enquanto *espaço*, o “físico” e o “social” se relacionam de modo indissociável, pertencentes ao *presente*, mas frutos do *passado* e arautos do *futuro*. É desse modo que os *atores* realizam a História, com graus diferentes de influência no *território*, configurando-o...

Assim, quanto à pesquisa propriamente dita, torna-se importante mencionar esta nossa ligação *topofílica*⁴¹ com o objeto de estudo e o fato de presenciarmos o *processo* (pela vivência e observação de sua funcionalidade aparente), criando-se maiores possibilidades de reflexão e de elaboração de variáveis (e até de confirmação de hipóteses), ao concatenar conhecimentos do *senso comum* e da *ciência* para a consecução dos objetivos propostos, para a apreensão do que consideramos ser a “realidade” (sempre aproximada).

⁴¹ *Topofilia* é o conceito de YI-FU TUAN (1980) que indica a relação afetiva entre o ser humano e o seu ambiente físico de vivência.

Quanto à temporalidade, pretendíamos, de início, fazer uma abordagem da *expansão espacial* das décadas de 1980 e 1990, devido ao fato de representarem o período de nossa “ausência” de Fortaleza, bem como por estarmos trabalhando com uma produção bibliográfica principalmente das décadas de 1970 e 1980 (cujo *relativismo* poderia ser esclarecedor...); e tentaríamos fazer uma atualização, ou melhor, dar uma continuidade ao pensamento geográfico-urbano local (que continuou e continua tendo bons trabalhos que explicam a Cidade, embora talvez ainda em pequeno número⁴²). Mas, em vista da dinâmica do *processo*, acelerado recentemente, e pela própria diferenciação na disponibilidade periódica de dados, diminuímos nossa pretensão inicial (haja vista não se tratar de uma abordagem “histórica”), e tentamos apenas dar um pequeno passo – uma “leitura atual contextualizada” – para contribuir com a produção geográfica local: na Academia, se suscitar novas reflexões e debates e/ou na Sociedade, se se configurar num instrumento de aplicação à *cidadania*, então terá sido gratificante este nosso trabalho.

A “leitura” das transformações espaciais, a partir da *valorização do solo*⁴³, apresentou algumas dificuldades teóricas e de ordem prática. Conciliar a realidade à concepções teóricas “em desuso” (talvez por exageros passados e a conseqüente saturação ou rejeição dessas teorias⁴⁴) necessitou de adaptações e criatividade na coleta e análise dos dados, e na sua reinterpretação à luz dessas mesmas teorias, suscitando muitas reflexões, diferentemente de uma simples “cópia” ou “aplicação de modelos teóricos” para a realização do trabalho. A própria definição das variáveis e da amostragem estatística, em vista da amplitude do trabalho proposto, gerou bastante reflexão⁴⁵. Sobretudo, o que norteou o trabalho foi uma “leitura” pessoal de uma dada realidade, propiciando uma abordagem que satisfizesse intelectualmente o aluno-pesquisador e que, evidentemente, procurasse responder à problemática levantada.

⁴² Cf. detectara JOSÉ BORZACCHIELLO DA SILVA (1994b).

⁴³ De onde buscamos mostrar sobretudo suas causas e efeitos sócio-econômico-monetários...

⁴⁴ Evidentemente, não acreditamos na superação de algumas dessas idéias, em seu abandono, pois achamos que precisam, se tanto, apenas de atualizações e reenquadramentos teóricos. Como diz VILLAÇA (1998), ficaram bastante desgastadas pela Geografia e Economia Urbanas de cunho neoclássico, mas praticamente não foram trabalhadas pela abordagem da *produção do espaço*.

⁴⁵ “É preciso refletir para medir e não medir para refletir” (SANTOS, 1996c:49, citando o filósofo *Bachelard* ao criticar o quantitativismo geográfico).

E, talvez por tratar-se de tema polêmico, a obtenção de alguns dados relevantes também apresentou dificuldades, tanto por parte de alguns órgãos públicos, quanto por parte de algumas das empresas particulares procuradas, considerando que este tipo de trabalho poderia ser usado como uma espécie de “denúncia” de certas atividades e do próprio *cotidiano* atual. Quanto aos dados mais “comuns”, mais facilmente divulgados, não houve dificuldades em sua obtenção, bem como quanto às informações fornecidas pelos cidadãos-habitantes (e alguns técnicos) indagados⁴⁶.

Nossa idéia inicial era trabalhar com dados/estatísticas sócio-econômicos com base nos setores censitários do IBGE⁴⁷; mas estes só estiveram disponíveis numa fase cronológica bastante adiantada da pesquisa, restando-nos pouco tempo para trabalhá-los. Porém, ao final, ficamos satisfeitos com as escalas alcançadas pelos dados/estatísticas em geral e propiciadas pelas análises (a maioria por bairros), que nos permitiram chegar a um nível adequado de classificação relativa à *(re)produção espacial* (que tem como pressuposto a divisão social em *classes* distintas), em vista da extensão territorial pesquisada.

Por fim, percebemos o quão difícil é apreender a “realidade”, extremamente complexa, e comunicá-la claramente (escrita em várias etapas, mostrando o próprio avanço teórico-empírico deste autor), cujo auxílio da teoria serviu-nos para balizar algumas idéias e hipóteses, não sendo possível, porém, “aplicá-las” diretamente⁴⁸. Resultou de toda esta reflexão a concepção de que o *movimento sócio-espacial*, os *acontecimentos concretos*, traduzidos à *ciência* (enquanto conhecimento), são apenas aproximativos, e o que há é um constante embate (um “dinamismo contraditório”) entre marcas do *passado*, *cotidiano*, legislação e poderes político e econômico... além da própria condição individual de cada pesquisador para apreendê-los...

⁴⁶ Aos quais agradecemos novamente...

⁴⁷ Para o Censo Demográfico 2000, o Município foi dividido em 2.194 setores censitários, cujo critério de delimitação foi, dentro dos bairros oficiais, enquadrar quarteirões/áreas que contivessem entre 200 e 400 domicílios, em média (vide Mapa no Anexo IV...).

⁴⁸ Pelas próprias carência e dificuldades inerentes ao tema, e também por pensarmos que a prioridade na “criação” deva ser estimulada...